

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO
SICOOB INTEGRADO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

Valores expressos em milhares de Reais

A T I V O	30/06/2018	30/06/2017	P A S S I V O E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/06/2018	30/06/2017
Circulante	184.279	159.703	Circulante	223.018	174.085
Disponibilidades	1.783	1.169	Depósitos (Nota 12)	171.048	147.098
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4)	5.311	-	Depósitos a vista	39.449	26.458
			Depósitos a prazo	131.599	120.640
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	61.604	62.173	Recursos de Aceite e Emissão de Títulos (Nota 13)	11.179	1.719
			Obrigações por emissão LCA - Pós - Fixada		
Operações de Crédito (Nota 6)	112.522	93.554	Relações Interfinanceiras (Nota 14)	34.831	20.461
Operações de crédito	119.392	99.934			
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.870)	(6.380)			
Outros Créditos (Nota 7)	2.129	1.895			
Créditos por Avais e Fianças Honrados	386	371	Outras Obrigações (Nota 15)	5.960	4.807
Rendas a Receber	520	684	Cobrança e arrecadação de Tributos e Assemelhados	89	128
Diversos	2.044	1.346	Sociais e Estatutárias (Nota 15.1)	708	691
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(821)	(506)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15.2)	452	383
			Diversas (Nota 15.3)	4.711	3.605
Outros Valores e Bens (Nota 8)	930	912	Exigível a Longo Prazo	0	7.880
Bens não de uso próprio	791	853			
Despesas Antecipadas	139	59	Relações Interfinanceiras (Nota 14)	0	7.880
			Relações Interfinanceiras		7.880
Realizável a Longo Prazo	67.927	44.712	Outras Obrigações	0	0
			Diversas (Nota 15.3)		
Operações de Crédito (Nota 6)	59.309	38.896	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	29.188	22.450
Operações de crédito	64.289	41.508	Capital Social	21.049	18.331
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(4.980)	(2.612)	Reserva de Lucros	5.074	3.489
			Reserva de Estabilidade Financeira	300	
Permanente	8.618	5.816	Sobras do Semestre	2.765	630
Investimentos (Nota 9)	3.769	2.214			
Imobilizado em Uso (Nota 10)	4.630	3.302			
Intangível (Nota 11)	219	300			
TOTAL DO ATIVO	252.206	204.415	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	252.206	204.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO
SICOOB INTEGRADO

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	30/06/2018	30/06/2017
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira (Nota 19)	20.217	17.186
Operações de Crédito	20.078	17.186
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	139	
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira (Nota 20)	(10.952)	(11.961)
Operações de captação no mercado	(4.122)	(6.121)
Operações de empréstimos e repasses	(1.183)	(1.170)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.647)	(4.670)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	9.265	5.225
Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispêndios) Operacionais	(5.763)	(3.761)
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	1.593	1.526
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	2.437	1.932
Despesas(Dispêndios) de Pessoal (nota 21)	(6.429)	(5.351)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas (nota 22)	(5.001)	(4.847)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(118)	(80)
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais (nota 23)	2.901	4.024
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais (nota 24)	(1.146)	(965)
Resultado Operacional	3.502	1.464
Resultado Não Operacional (Nota 26)	(4)	2
Resultado antes da tributação sobre lucro	3.498	1.466
Imposto de renda e contribuição social	(733)	(836)
Provisão para imposto de renda	(52)	(60)
Provisão para contribuição social	(38)	(49)
Juros sobre o capital próprio (Nota 25)	(643)	(727)
Sobras Líquidas	2.765	630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO
SICOOB INTEGRADO**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

Eventos	Capital	Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Legal	Estabilidade Financeira		
Saldo em 31/12/2016	18.446	2.900		589	21.935
Destinação de Sobras Semestre Anterior:				(589)	(589)
Por Subscrição/Realização	705				705
Por Devolução (-)	(820)				(820)
Sobras ou Perdas Líquidas				630	630
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					
. Fundo de Reserva		589			589
. F A T E S					-
Saldos em 30/06/2017	18.331	3.489		630	22.450
Saldos em 31/12/2017	19.698	4.718		1.536	25.952
Destinação de Sobras Semestre Anterior:					-
Em Conta Corrente do Associado				(2)	(2)
Ao Capital	878			(878)	-
Por Subscrição/Realização	1.270				1.270
Por Devolução (-)	(797)				(797)
Sobras ou Perdas Líquidas				2.765	2.765
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:					-
. Fundo de Reserva		356		(356)	-
. Fundo de Estabilidade Financeira			300	(300)	-
Saldos em 30/06/2018	21.049	5.074	300	2.765	29.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO
SICOOB INTEGRADO**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

DESCRIÇÃO	30/06/2018	30/06/2017
Sobras/Perdas do Exercício	3.498	1.467
Ajustes por:	1.732	1.320
IRPJ / CSLL	(90)	(109)
Provisão para Operações de Crédito	2.045	1.760
Provisão de Juros ao Capital	(643)	(727)
Depreciações e Amortizações	420	396
Aumento (redução) em ativos operacionais	(19.316)	(8.342)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(3.561)	-
Operações de Crédito	(14.856)	(7.334)
Outros Créditos	(444)	(258)
Outros Valores e Bens	(455)	(750)
Aumento (redução) em passivos operacionais	22.480	24.056
Depósitos		
Depósitos a vista	10.111	4.157
Depósitos sob Aviso	1	2
Depósitos a Prazo	9.111	22.186
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	4.285	1.719
Outras Obrigações	(178)	1.456
Relações Interdependências	-	(2.186)
Relações Interfinanceiras	(850)	(3.278)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	8.394	18.501
Atividades de Investimentos		
Inversões de Investimento	(456)	-
Aplicação no Intangível	(650)	(462)
Aplicação no Diferido	(23)	(30)
Imobilização em Curso	(460)	(29)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.589)	(521)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	1.270	705
Devolução de Capital à Cooperados	(797)	(820)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(2)	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	471	(115)
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	7.276	17.865
Modificações em Disponibilidades Líquida		
No Início do Período	56.111	45.477
No Fim do Período	63.387	63.342
Variação Líquida das Disponibilidades	7.276	17.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 14/10/2004, filiada à CCC UNICOOB – SICOOB CENTRAL UNICOOB e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB INTEGRADO possui 18 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SÃO JOÃO - PR, CHOPINZINHO - PR, ITAPEJARA D'OESTE - PR, MANGUEIRINHA - PR, PATO BRANCO - PR, VITORINO - PR, PALMAS - PR, CLEVELÂNDIA - PR, CANDÓI - PR, CANTAGALO - PR, PINHÃO - PR, CORONEL VIVIDA - PR, FOZ DO JORDÃO - PR.

O SICOOB INTEGRADO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 30/08/2018

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central

do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2018.

4. Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

Em 30 de Junho de 2018, a cooperativa apresentava os seguintes valores de aplicações em Depósitos Interfinanceiros:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.311	-
TOTAL	5.311	-

As aplicações em Depósitos Financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL UNICOOB**, com remuneração de, aproximadamente 100% do CDI.

5. Relações interfinanceiras

Em 30 de Junho de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	61.604	62.173
TOTAL	61.604	62.173

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL UNICOOB** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- I. Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
- II. Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.
- III. Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.
- IV. Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição

A remuneração média da Centralização Financeira no semestre findo em 30 de junho de 2018 foi de 99,31 % (2017 – 99,05 %) do CDI e sua liquidez é imediata, desde que a cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Central Unicoob. No semestre findo em 30 de junho de 2018, a remuneração da centralização financeira foi de R\$ 1.788 (2017 - R\$ 3.306), respectivamente, registrada no grupo "Ingressos de Depósitos Intercooperativos" da demonstração das sobras ou perdas

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2018			30/06/2017
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	538	-	538	596
Empréstimos	72.101	55.981	128.082	98.563
Títulos Descontados	15.830	-	15.830	11.396
Financiamentos	528	656	1.184	979
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	30.395	7.652	38.047	29.908
(-) Provisões para Operações de Crédito	(6.870)	(4.981)	(11.850)	(8.992)
TOTAL	112.523	59.308	171.831	132.450

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017
AA	-	Normal	1.935	-	-	-	1.935	-	1.904	-
A	0,5%	Normal	32.987	243	296	23.381	56.907	(285)	49.443	(247)
B	1%	Normal	49.078	2.998	553	12.814	65.443	(654)	55.591	(556)
B	1%	Vencidas	336	10	28	94	465	(5)	747	(7)
C	3%	Normal	34.388	1.430	131	1.183	37.132	(1.114)	17.913	(537)
C	3%	Vencidas	1.032	14	9	73	1.128	(34)	1.537	(46)
D	10%	Normal	4.188	394	36	24	4.643	(464)	1.611	(161)
D	10%	Vencidas	2.010	18	0	-	2.027	(203)	2.364	(236)
E	30%	Normal	1.752	170	129	-	2.051	(615)	868	(260)
E	30%	Vencidas	1.841	18	-	111	1.970	(591)	1.182	(354)
F	50%	Normal	1.144	161	2	93	1.399	(700)	303	(151)
F	50%	Vencidas	1.977	16	-	-	1.994	(997)	1.789	(895)
G	70%	Normal	523	62	-	62	647	(453)	237	(166)
G	70%	Vencidas	594	29	-	57	680	(476)	1.931	(1.352)
H	100%	Normal	874	319	-	-	1.193	(1.193)	928	(928)
H	100%	Vencidas	3.660	249	-	155	4.064	(4.066)	3.094	(3.096)
Total Normal			126.869	5.777	1.147	37.557	171.350	(5.478)	128.798	(3.006)
Total Vencidos			11.450	354	37	490	12.331	(6.372)	12.644	(5.986)
Total Geral			138.319	6.131	1.184	38.047	183.681	(11.850)	141.442	(8.992)
Provisões			(10.298)	(892)	(55)	(605)	(11.850)		8.992	
Total Líquido			128.021	5.239	1.129	37.442	171.831		132.450	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	39.861	42.478	55.980	138.319
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	6.131	-	-	6.131
Financiamentos	146	383	656	1.184
Financiamentos Rurais	6.619	23.776	7.652	38.047
TOTAL	30.796	66.637	64.287	183.681

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	30/06/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	419	15.735	2.958	70	19.183	10%
Setor Privado - Indústria	47	1.784	685	-	2.516	1%
Setor Privado - Serviços	2.616	75.693	10.160	2.911	91.379	50%
Pessoa Física	2.983	26.625	1.265	32.367	63.239	34%
Outros	66	3.837	763	2.699	7.365	4%
TOTAL	6.131	123.674	15.830	38.047	183.681	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	(9.805)	(7.232)
Constituições	(61.398)	(48.224)
Reversões	56.204	46.464
Transferência para prejuízo	3.149	-
TOTAL	(11.850)	(8.992)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
-----------	------------	------------------	------------	------------------

Maior Devedor	3.026	2%	2.665	2%
10 Maiores Devedores	23.351	13%	18.178	13%
50 Maiores Devedores	69.513	38%	54.698	39%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	10.104	5.780
Valor das operações transferidas no período	3.291	2.726
Valor das operações recuperadas no período	(947)	(628)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(85)	(35)
TOTAL	12.363	7.843

h) Operações renegociadas:

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 109, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2018	30/06/2017
Avais e fianças honrados	386	371
Rendas a receber	520	684
Diversos (a)	2.044	1.346
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(821)	(506)
TOTAL	2.129	1.895

(a) refere-se a devedores por compra de valores e bens (R\$ 46), impostos e contribuições a compensar (R\$ 639), títulos e créditos a receber (R\$ 326), adiantamentos salariais (R\$ 231), outros adiantamentos (R\$ 232), devedores por depósito em garantia (R\$ 27), tributos a recuperar (R\$ 3), pagamentos a ressarcir (R\$ 1) e devedores diversos (R\$ 539).

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	791	853
Despesas Antecipadas (b)	139	59
TOTAL	930	912

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB**.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Participações em cooperativa central de crédito	3.767	2.213
Outras participações	2	1
TOTAL	3.769	2.214

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	1.001	34	
Instalações	2.690	2.458	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(1.239)	(1.012)	
Móveis e equipamentos de Uso	2.053	1.779	10%
(-) Depreciação acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(818)	(635)	
Sistema de Comunicação	108	92	20%
Sistema de Processamento de Dados	1.573	1.387	20%
Sistema de Segurança	425	329	10%
Sistema de Transporte	318	121	20%
(-) Depreciação acum. Outras Imobilizações de Uso	(1.481)	(1.251)	
TOTAL	4.630	3.302	

(a) as imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Ativos Intangíveis	723	679	20%
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(504)	(379)	-
TOTAL	219	300	-

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças do software SISBR e gastos de organização e expansão.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Depósito à Vista	39.449	26.458
Depósito Sob Aviso	49	46
Depósito a Prazo	131.550	120.594
TOTAL	171.048	147.098

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	4.049	2%	5.364	4%
10 Maiores Depositantes	27.691	16%	29.148	20%
50 Maiores Depositantes	62.378	37%	57.162	40%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1)	(2)
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.768)	(5.973)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(230)	(23)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(123)	(123)
TOTAL	(4.122)	(6.121)

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações por emissão LCA - Pós - Fixada	11.179	1.719

14. Relações interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2018	30/06/2017
Recursos do Bancoob	2,00	15/10/2024	36.592	29.873
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(1.761)	(1.532)
TOTAL			34.831	28.341

15. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	89	128
Sociais e Estatutárias	708	691
Fiscais e Previdenciárias	452	383
Diversas	4.711	3.605
TOTAL	5.960	4.807

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Resultado de Atos com Associados	66	168
Gratificações e Participações a pagar	469	396
Cotas de Capital a Pagar	173	127
TOTAL	708	691

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	90	108
Impostos e contribuições a recolher	362	275
TOTAL	452	383

15.3 Diversas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Cheques Administrativos	-	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	23	15
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	326	206
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	2.730	2.404
Provisão para Passivos Contingentes (b)	25	85
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	538	170
Credores Diversos – País (d)	1.069	725
TOTAL	4.711	3.605

(a) referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal.

(b) é estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2018		30/06/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	25	27	85	-
TOTAL	25	27	85	-

Os processos considerados com probabilidade de perda possível totalizam R\$ 176.

(c) refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 30 de Junho de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 538 (R\$ 170 em 30/06/2017), referentes a aval prestado em

diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) Os Credores Diversos classificado em Diversos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Credores Diversos – País	761	343
Cobrança	3	3
Cheques depositados	178	285
Credores diversos – Liquidação de Cobrança	127	94
TOTAL	1.069	725

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB INTEGRADO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No 1º semestre de 2018, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.351.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social	21.049	18.331
Associados	11.904	10.724

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Estabilidade Financeira

Aprovado na Assembléia Geral Ordinária do dia 23/03/2018, representada pelas destinações das sobras, utilizada para atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23/03/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 878.

18. Resultado de atos não cooperativos

O Sicoob Integrado desde 1 de janeiro de 2018 está operando e recolhendo o IR e CS com base na estimativa mensal, sendo que o cálculo e a determinação do lucro real ocorrerão somente em 31/12/2018.

19. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	224	243
Rendas de Empréstimos	15.125	12.407
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.149	2.012
Rendas de Financiamentos	129	188
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	123
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	124	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	742	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	424	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	71	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	1.257
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	139	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.090	956
TOTAL	20.217	17.186

20. Dispendios da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas De Captação	(4.122)	(6.121)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.183)	(1.170)
Provisões para operações de crédito	(5.647)	(4.670)
TOTAL	(10.952)	(11.961)

21. Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(18)	(20)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(469)	(426)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(1.312)	(1.013)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.123)	(984)
Despesas de Pessoal – Proventos	(3.469)	(2.865)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(38)	(43)
TOTAL	(6.429)	(5.351)

22. Outras Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de Água, Energia e Gás	(121)	(105)
Despesas de Aluguéis	(478)	(459)
Despesas de Comunicações	(238)	(235)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(62)	(76)
Despesas de Material	(157)	(86)
Despesas de Processamento de Dados	(421)	(443)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(89)	(93)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(10)	(4)
Despesas de Publicações	(2)	(3)
Despesas de Seguros	(75)	(30)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(893)	(1.154)
Despesas de Serviços de Terceiros	(308)	(267)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(92)	(82)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(210)	(85)
Despesas de Transporte	(253)	(171)
Despesas de Viagem no País	(162)	(184)
Outras Despesas Administrativas	(1.011)	(974)
Despesas de Amortização	(70)	(100)
Despesas de Depreciação	(349)	(296)
TOTAL	(5.001)	(4.847)

23. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	166	224
Rendas de crédito por Avais e Fianças Honrados	5	13
Ingressos de depósitos intercooperativos	1.788	3.306
Outras Rendas Operacionais	942	481
TOTAL	2.901	4.024

24. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Outras Contrib. Diversas	(343)	(275)
Despesas de Descontos Concedidos	(88)	(33)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(255)	(179)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(160)	(129)
Provisão para Passivos Trabalhistas	-	(98)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(4)	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(2)	-
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(144)	(118)
Contrib. ao Fundo de Desenvolvimento	(134)	(118)
Outras Despesas Operacionais	(1)	(1)
Tarifa Recebimento de convênio	(5)	(1)
Perdas – Práticas Inadequadas	(10)	(13)
TOTAL	(1.146)	(965)

25. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisiona juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme circular BACEN nº 2.739/1997.

26. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Ganhos de Capital	9	8
Outras Rendas não Operacionais	81	34
(-) Outras Despesas não Operacionais	(94)	(40)
Resultado Líquido	(4)	2

27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no 1º Semestre de 2018.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.053	92%	30
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.270	57%	5
TOTAL	3.322	1,5%	35
Montante das Operações Passivas	1.545	1,5%	

Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	8	1	0%
Conta Garantida	-	-	0%
Crédito Rural	1.202	8	3%
Empréstimo	2.322	50	2%
Financiamento	59	2	5%
Títulos Descontados	53	-	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	827	2,11%	0%
Depósitos a Prazo	2.105	1,47%	49%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	1,47%	
Empréstimos	1,59%	
Financiamento	2%	
Aplicação Financeira - Pós Fixada	91,79%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO SEMESTRE DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	1,09%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,08%
Credito Rural (modalidades)	0,61%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	799
Empréstimos e Financiamentos	5.955

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

No semestre findo em 30 de junho de 2018, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO SEMESTRE DE 2018 (R\$)	
Honorários	(488)
Encargos Sociais	(86)

28. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL UNICOOB, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL UNICOOB a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB INTEGRADO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

29. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

29.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

29.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

29.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO - SICOOB INTEGRADO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

29.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO - SICCOB INTEGRADO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a COOPERATIVA DE CRÉDITO DO IGUAÇU INTEGRADO - SICCOB INTEGRADO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de Referência (PR)	27.809	22.302
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	192.928	146.105
Índice de Basileia (mínimo 13%) - %	14,41	15,26
Imobilizado para cálculo do limite	4.632	3.456
Índice de imobilização (limite 50%) - %	16,66	15,50

32. Benefícios a empregados

Encontra-se provisionada na demonstração de sobras e perdas um valor relativo à provisão de participação dos colaboradores no resultado (PLR). Essa provisão é realizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

A PLR é uma modalidade de remuneração variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à *performance* da Cooperativa.

A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

Em 30 de junho de 2018, o valor provisionado é de R\$ 469 (2017- R\$ 396) registradas na rubrica "Gratificações".

33. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

PATO BRANCO-PR, 30 de junho de 2018

CLEVI DEITÓS

MARCINEI COTERLI

DIRETOR SUPERINTENDENTE

DIRETOR DE MERCADO

ELENICE DA ROCHA SOARES PELISSON

CONTADORA 050229/O3 PR